

**EDITAL  
PRORROGAÇÃO**

A Diretora de Desenvolvimento de Pessoal da Universidade Federal de Itajubá, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Reitor da UNIFEI, através da Portaria nº 883 de 05/06/2018, publicada no DOU de 08/06/2018 e conforme Memorando Eletrônico nº 382/2019 - IFQ, resolve:

Prorrogar por doze meses, a partir de 05/07/2019, a validade do Concurso Público do Edital nº 08/2018, destinado ao provimento para o cargo efetivo de Professor de Magistério Superior, na área de Ensino de Química, Campus de Itajubá, conforme Edital de Homologação nº 28, de 04/07/2018, publicado no DOU de 05/07/2018, seção 3, página 86.

ALINY CRISTINA DOS SANTOS

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**

**AVISO DE SUSPENSÃO  
PREGÃO Nº 30/2019**

Comunicamos a suspensão da licitação supracitada, publicada no D.O.U em 25/06/2019. Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de equipamentos, materiais permanentes e mobiliário em geral, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos

SANDRA FARIA FABRES  
Pregoeiro

(SIDEAC - 04/07/2019) 153061-15228-2018NE802164

**RETIFICAÇÃO**

No Extrato de Termo Aditivo Nº 4/2019 publicado no D.O. de 25/01/2019, Seção 3, Pág. 99.

Onde se lê: Vigência: SEM DATA  
Leia-se: Vigência: 01/02/2019 a 31/01/2020

(SICON - 04/07/2019) 153061-15228-2019NE800070

**RETIFICAÇÃO**

No Extrato de Termo Aditivo Nº 7/2019 publicado no D.O. de 25/01/2019, Seção 3, Pág. 99.

Onde se lê: Vigência: SEM DATA  
Leia-se: Vigência: 11/01/2019 a 10/01/2020

(SICON - 04/07/2019) 153061-15228-2019NE800070

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS**

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 4/2019 - UASG 153032**

Número do Contrato: 48/2015.  
Processo: 23090014827201952.

PREGÃO SISPP Nº 25/2015. Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS -CNPJ Contratado: 06030279000132. Contratado: PRO-AMBIENTAL TECNOLOGIA LTDA -Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato por 12 meses. Atualização da garantia contratual. Fundamento Legal: Artigo 57, inciso II, Lei 8.666/93. Vigência: 27/07/2019 a 27/07/2020. Valor Total: R\$91.700,00. Fonte: 8100000000 - 2019NE800064. Data de Assinatura: 01/07/2019.

(SICON - 04/07/2019) 153032-15251-2019NE800297

**EDITAL Nº 89, DE 1º DE JULHO DE 2019**

O Reitor da Universidade Federal de Lavras, no uso de suas atribuições regimentais e de acordo com art. 16 do Decreto nº 6.944/2009 e o art. 19 da Resolução CUNI nº 055/2016, homologa o resultado da seleção para Professor Substituto, realizada conforme Edital PRGDP nº 72/2019:

Área: Estatística

Nº de Inscrição	Nome	Prova Didática	Prova de Títulos	Nota Final
0721900008	Alian Alves Fernandes	80,0	46,8	126,8
0721900029	Carlos José dos Reis	85,6	16,2	101,8
0721900027	Edilson Marcelino Silva	75,6	6,4	82,0

JOSÉ ROBERTO SOARES SCOLFORO

**EDITAL Nº 90, DE 2 DE JULHO DE 2019**

O Reitor da Universidade Federal de Lavras, no uso de suas atribuições regimentais e de acordo com art. 16 do Decreto nº 6.944/2009 e o art. 19 da Resolução CUNI nº 055/2016, homologa o resultado da seleção para Professor Substituto, realizada conforme Edital PRGDP nº 72/2019:

Área: Língua Brasileira de Sinais - Libras

Nº de Inscrição	Nome	Prova Didática	Prova de Títulos	Nota Final
0721900011	Wanderson Samuel Moraes de Souza	87,0	37,9	124,9

JOSÉ ROBERTO SOARES SCOLFORO

**EDITAL Nº 91, DE 2 DE JULHO DE 2019**

O Reitor da Universidade Federal de Lavras, no uso de suas atribuições regimentais e de acordo com art. 16 do Decreto nº 6.944/2009 e o art. 14 da Resolução CUNI nº 059/2017 e a Resolução CEPE nº 157 de 26/06/2019, homologa o resultado da seleção para Professor Visitante Estrangeiro, realizada conforme edital PRGDP nº 105/2018:

Área: Engenharia Florestal

CANDIDATO	TÍTULOS E CURRÍCULO	DEFESA PLANO DE TRABALHO	DE TRABA- LHO	NOTA FINAL
Arno Brune	60,0	32,0		92,0

JOSÉ ROBERTO SOARES SCOLFORO

**EDITAL Nº 92, DE 2 DE JULHO DE 2019**

O Reitor da Universidade Federal de Lavras, no uso de suas atribuições regimentais e de acordo com art. 16 do Decreto nº 6.944/2009 e o art. 14 da Resolução CUNI nº 059/2017 e a Resolução CEPE nº 155 de 26/06/2019, homologa o resultado da seleção para Professor Visitante Estrangeiro, realizada conforme edital PRGDP nº 105/2018:

Área: Engenharia de Biomateriais

CANDIDATO	TÍTULOS E CURRÍCULO	DEFESA PLANO DE TRABALHO	DE TRABA- LHO	NOTA FINAL
Sthéphane Godbout	80,0	100,0		88,0

JOSÉ ROBERTO SOARES SCOLFORO

**PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE OPERAÇÕES E LOGÍSTICA  
DIRETORIA DE GESTÃO DE MATERIAIS**

**EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS**

OBJETO: Ata de Registro de Preços- Pregão Eletrônico SRP nº 18/2019. Processo nº 23090.012981/2019-90. Objeto: Registro de Preços para o fornecimento de reagentes e instrumentos laboratoriais, para atender às necessidades da Universidade Federal de Lavras. Fundamentação Legal: Decreto nº 7.892/13. Vigência: de 05/07/2019 a 05/07/2020. Data de Assinatura: 05/07/2019. Partes: Universidade Federal de Lavras, CNPJ nº 22.078.679/0001-74, por LUIZ PAULO BRIANEZI VALIM com o seguinte: Ata 1 - APICE CIENTIFICA EIRELI, CNPJ 05.990.063/0001-56, por TULIO MARCUS FERNANDES BHERING, Itens/Valor Unitário em Reais: 18/7,14; 22/21,21; 27/5,12; 35/8,835; 38/4,85; 50/5,81. Ata 2 - CALIBRY METROLOGIA COMERCIO E CALIBRACAO LTDA, CNPJ 11.227.424/0001-00, por RAQUEL LOPES DE FREITAS QUEIROZ, Itens/Valor Unitário em Reais: 4/11,20; 5/16,71; 24/38,43; 25/86,27. Ata 3 - AZLAB EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS PARA LABORATORIOS E HOSPITAIS EIRELI, CNPJ 13.440.815/0001-33, por JOCEMIRO JOSE DE SOUZA, Itens/Valor Unitário em Reais: 9/200,00; 10/150,00; 11/150,00. Ata 4 - CROMOLAB - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA LABORATORIOS EIRELI, CNPJ 26.328.672/0001-14, por DEUZANILDE MARIA DO NASCIMENTO MENEZES, Itens/Valor Unitário em Reais: 2/16,99; 3/36,90. Ata 5 - XIX LABOR COMERCIAL E SERVICOS EIRELI, CNPJ 29.274.611/0001-00, por DOUGLAS AUGUSTO FARIA, Itens/Valor Unitário em Reais: 44/3.290,00. Ata 6 - FORMIS INSTRUMENTOS DE MEDICAO LTDA, CNPJ 30.197.931/0001-82, por GUILHERME SILVA BENTO, Itens/Valor Unitário em Reais: 6/11,71; 7/11,69; 8/12,77; 17/152,65. Ata 7 - COMERCIAL SOL RADIANTE LTDA, CNPJ 40.392.813/0001-99, por ROBSON DOS SANTOS RODRIGUES, Itens/Valor Unitário em Reais: 1/65,00. Ata 8 - PER-LAB INDUSTRIA E COMERCIO DE VIDROS PARA LABS LTDA, CNPJ 58.954.694/0001-86, por MANOEL JOSE GONCALVES, Itens/Valor Unitário em Reais: 12/65,00; 15/378,00; 28/10,67; 29/6,20; 30/14,72; 31/6,30; 32/12,00; 41/3,50; 49/0,60.

**EXTRATOS DE REGISTROS DE PREÇOS**

OBJETO: Ata de Registro de Preços- Pregão Eletrônico SRP nº 23/2019. Processo nº 23090.014629/2019-99. Objeto: Registro de Preços para aquisição de reagentes e instrumentos laboratoriais às necessidades da Universidade Federal de Lavras. Fundamentação Legal: Decreto nº 7.892/13. Vigência: de 05/07/2019 a 05/07/2020. Data de Assinatura: 05/07/2019. Partes: Universidade Federal de Lavras, CNPJ nº 22.078.679/0001-74, por LUIZ PAULO BRIANEZI VALIM com o seguinte: Ata SRP nº 1-23/2019, CNPJ: 01.915.071/0002-68 - INTECC - INSTITUTO DE PESQUISA TECNOLÓGICA, Item/Vr.Unit.(R\$): 7/14,80; 29/0,38. Ata SRP nº 2-23/2019, CNPJ: 09.255.284/0001-31 - CASA DA INSTRUMENTAÇÃO, Item/Vr.Unit.(R\$): 39/70,98. Ata SRP nº 3-23/2019, CNPJ: 09.433.694/0001-25 - JOSIEL DANILO DA SILVA, Item/Vr.Unit.(R\$): 18/247,82; 22/264,55. Ata SRP nº 4-23/2019, CNPJ: 10.732.150/0001-43 - COMERCIAL CEDRO EIRELI, Item/Vr.Unit.(R\$): 52/13,99; 53/13,99. Ata SRP nº 5-23/2019, CNPJ: 13.440.815/0001-33 - AZLAB EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS PARA LABORATORIOS, Item/Vr.Unit.(R\$): 28/0,06; 31/300,00; 34/700,00. Ata SRP nº 6-23/2019, CNPJ: 19.026.964/0001-37 - ILLMA CHAVES PEREIRA 74191209604, Item/Vr.Unit.(R\$): 20/163,87; 27/0,14. Ata SRP nº 7-23/2019, CNPJ: 21.268.634/0001-08 - MULTIPLIER DISTRIBUIDORA EIRELI, Item/Vr.Unit.(R\$): 1/37,22; 4/18,79; 11/132,13; 12/0,35. Ata SRP nº 8-23/2019, CNPJ: 23.747.090/0001-84 - SCIAVICCO, Item/Vr.Unit.(R\$): 2/16,69; 3/18,97; 5/35,23; 6/49,90; 8/10,99; 10/29,02; 13/0,03; 14/71,94; 33/11,99; 38/61,02; 40/56,53; 41/0,04; 45/58,98; 48/33,13; 49/46,99. Ata SRP nº 9-23/2019, CNPJ: 29.274.611/0001-00 - XIX LABOR, Item/Vr.Unit.(R\$): 30/6.377,00. Ata SRP nº 10-23/2019, CNPJ: 29.926.189/0001-20 - SIS COMERCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA, Item/Vr.Unit.(R\$): 15/879,98. Ata SRP nº 11-23/2019, CNPJ: 59.403.410/0001-26 - INTERJET COMERCIAL EIRELI, Item/Vr.Unit.(R\$): 21/101,18; 33/239,53.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

**EDITAL Nº 483, DE 3 DE JULHO DE 2019  
CONCURSO PÚBLICO**

O Reitor em exercício da Universidade Federal de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, com base na Constituição da República Federativa do Brasil, na Lei 8.112/90 e suas alterações, na Lei 12.772/2012 e suas alterações, nos termos do Decreto 9.739/2019 e suas alterações, do Decreto 7.485/2011 e suas alterações, e na Resolução Complementar 02/2013 do Conselho Universitário, resolve tornar público que, consoante o prazo abaixo especificado, serão recebidas inscrições de candidatos ao Concurso Público de Provas e Títulos para provimento efetivo de vaga(s) da Carreira de Magistério Superior, na CLASSE A, com a denominação de PROFESSOR ADJUNTO A, Nível 1, lotada(s) nesta Universidade e destinada(s) ao DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR da FACULDADE DE EDUCAÇÃO, de acordo com a seguinte discriminação:

**1. DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO**

Atividades pertinentes à pesquisa, ensino no nível superior e extensão que, indissociáveis, visem à aprendizagem, à produção do conhecimento, à ampliação e transmissão do saber e da cultura e atividades inerentes ao exercício de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência na própria instituição, além de outras previstas na legislação vigente.

**Quadro 1 - Quadro de especificação da(s) vaga(s)**

Número de vaga(s)	01 (uma)
Área de conhecimento	Movimentos Sociais e Educação
Regime de trabalho	40 (quarenta) horas semanais, em tempo integral, com dedicação exclusiva.
Titulação	Doutorado
Perfil desejado do candidato	Mestrado e Doutorado em Educação e/ou Ciências Humanas e Sociais
Inscrição	Período de inscrição: Até 90 (noventa) dias a partir da publicação do Edital. Endereço: Secretaria Geral da Faculdade de Educação Horário: Das 09:00 às 11:00 e das 14:00 às 16:00, nos dias úteis. Contato: Telefone(s): 3409-5320 Correio eletrônico: secgeral@fae.ufmg.br



Endereço da página eletrônica para emissão de Guia de Recolhimento da União - GRU	<a href="https://sistemas.ufmg.br:443/sisarc/emissagro/gerir/geriremisaogru.seam?codigo=EkdIjAhgk">https://sistemas.ufmg.br:443/sisarc/emissagro/gerir/geriremisaogru.seam?codigo=EkdIjAhgk</a>
Endereço da página eletrônica onde consta o(s) programa(s), quando for o caso, e demais informações do Concurso	<a href="https://www.fae.ufmg.br/concursos/">https://www.fae.ufmg.br/concursos/</a>
Etapas e tipos de prova	Etapa 1: Prova Escrita com caráter eliminatório Etapa 2: Prova de Títulos e Prova Didática.
Período de realização do Concurso/Datas prováveis para realização das provas	De 30 (trinta) a 90 (noventa) dias, contados a partir da data de encerramento das inscrições.

2. DA(S) VAGA(S)  
2.1. O Concurso visa ao provimento da(s) vaga(s) especificada(s) no Quadro 1 deste Edital.  
2.2. O turno de trabalho diurno e/ou noturno do(s) candidato(s) nomeado(s) será definido pelo Departamento/Unidade. As atividades serão desenvolvidas no horário de acordo com a necessidade do Departamento/Unidade, sem direito de opção pelo candidato nomeado.  
3. DA REMUNERAÇÃO  
A remuneração inicial será composta pelo Vencimento Básico e pela Retribuição por Titulação (RT), conforme apresentada na Tabela abaixo:  
Tabela referente à remuneração do Cargo

Vencimento básico (R\$)	Titulação	Retribuição por Titulação (R\$)	Remuneração (R\$)
4.463,93	Doutorado	5.136,99	9.600,92

4. DA INSCRIÇÃO  
4.1. O prazo de inscrição terá início a partir da publicação deste Edital.  
4.2. As inscrições deverão ser realizadas no local, horário e período especificados no Quadro 1 deste Edital, sendo facultada a inscrição via postal, nos termos do item 4.15.  
4.3. A taxa de inscrição, no valor de R\$ 215,99 (duzentos e quinze reais e noventa centavos), deverá ser paga no Banco do Brasil S/A, por meio de Guia de Recolhimento da União - GRU, emitida através da página eletrônica informada no Quadro 1 deste Edital.  
4.4. A inscrição somente será aceita mediante a confirmação do pagamento da taxa de inscrição.  
4.5. Em hipótese alguma, o valor referente ao pagamento da taxa de inscrição será devolvido, salvo no caso de cancelamento do certame por conveniência da UFMG.  
4.6. O candidato deverá apresentar, no ato da inscrição, os seguintes documentos:  
a) Termo de requerimento de inscrição devidamente preenchido e assinado;  
b) Carteira de Identidade ou outra prova de ser brasileiro nato ou naturalizado e, no caso de estrangeiro, documento de identificação (original e cópia ou cópia autenticada);  
c) Comprovação de quitação com o Serviço Militar, quando for o caso, e com a Justiça Eleitoral, dispensável no caso de candidatos estrangeiros;  
d) Comprovante de endereço para recebimento de correspondência (original e cópia ou cópia autenticada);  
e) Comprovante do pagamento ou da isenção da taxa de inscrição;  
f) Sete cópias do "curriculum vitae".  
4.6.1. O candidato travesti ou transexual (pessoa que se identifica e quer ser reconhecida socialmente, em consonância com sua identidade de gênero) que desejar ser atendido pelo NOME SOCIAL, poderá solicitá-lo no ato da inscrição. Neste caso deverá dispor de documentos comprobatórios da condição que motiva a solicitação de atendimento.  
4.6.2. Não serão aceitas outras formas de solicitação de atendimento pelo nome social, tais como: via postal, telefone, fax ou correio eletrônico.  
4.6.3. A UFMG reserva-se o direito de exigir, a qualquer tempo, documentos que atestem a condição que motiva a solicitação de atendimento declarado.  
4.7. Os documentos comprobatórios do "curriculum vitae" deverão ser apresentados em via única, numerados sequencialmente e, preferencialmente, na mesma sequência apresentada no "curriculum vitae", em até vinte e quatro horas após a divulgação da lista de classificados na Prova Escrita, de acordo com o parágrafo único do artigo 28 e do artigo 33 da Resolução Complementar nº 02/2013, do Conselho Universitário.  
4.8. O candidato portador de deficiência deverá, no ato da inscrição, informar a deficiência e se necessita de condições especiais para a realização das provas.  
4.9. Em caso de inscrição por procuração, o procurador do candidato deverá apresentar documentação original de identificação com foto, bem como fornecer seu endereço e telefone para contato.  
4.10. O candidato inscrito receberá, juntamente com o Protocolo de Inscrição, cópia deste Edital, do programa integral do Concurso, quando for o caso, da Resolução nº 13/2010, do Conselho Universitário; da Resolução Complementar nº 02/2013, do Conselho Universitário e de outros documentos e demais informações consideradas pertinentes pelo Diretor da Unidade, que deverão ser considerados parte integrante deste Edital.  
4.11. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e aceitação tácita das condições estabelecidas no presente Edital, das leis e regulamentos aplicáveis e das instruções específicas para o Cargo, das quais não poderá alegar desconhecimento.  
4.12. O candidato é responsável pela exatidão e veracidade de informações prestadas no ato da inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros, falhas ou omissões no preenchimento de qualquer campo necessário à inscrição.  
4.13. A relação nominal dos candidatos inscritos será afixada no local de inscrição e divulgada na página eletrônica da Unidade, bem como do Departamento, se houver.  
4.14. Os Requerimentos de Inscrição serão despachados pelo Diretor da Unidade, que decidirá sobre a aceitação de cada um deles, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data imediatamente posterior ao dia do encerramento das inscrições, ressalvado o disposto nos parágrafos 2º e 4º do artigo 5º da Resolução Complementar nº 02/2013.

4.15. Inscrição Via Postal  
4.15.1. Será facultada a inscrição via Correios, desde que sejam satisfeitas as seguintes condições:  
I- encaminhamento do requerimento e de toda a documentação relacionada no item 4.6 do presente Edital, para o endereço indicado no Quadro 1, mediante Aviso de Recebimento-AR;  
II- somente serão considerados inscritos os candidatos cuja documentação seja recebida dentro do prazo previsto no presente Edital, não se responsabilizando a UFMG por eventuais atrasos ou extravio da documentação.  
4.15.2. Nesse caso, do Termo de Inscrição, constarão a data de postagem, a data e o horário do recebimento da correspondência.  
4.15.3. Serão enviados via postal ao candidato cuja inscrição for efetuada pelos Correios, no endereço informado, o Protocolo de Inscrição e os demais documentos previstos no item 4.10 deste Edital, mediante Aviso de Recebimento-AR.

5. DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO  
5.1. De acordo com o art. 1º, inciso I, da Lei nº 13.656, de 30/04/2018, e com o art. 1º do Decreto nº 6.593, de 02/10/2008, o candidato poderá solicitar isenção da taxa de inscrição, declarando que é membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 6.134, de 26/06/2007 e informando, no ato de inscrição, o seu Número de Identificação Social (NIS) atribuído pelo Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

5.2. A isenção mencionada no item 5.1 deverá ser solicitada mediante requerimento, até o 5º dia útil após o início do período de inscrição, devendo ser encaminhada com documentação comprobatória.

5.3. A UFMG, por meio do Número de Identificação Social (NIS), procederá à consulta ao órgão competente, podendo o candidato ter seu pedido Deferido ou Indeferido, de acordo com o artigo 2º do Decreto nº 6.593/2008.

5.4. A declaração falsa sujeitará o candidato às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do artigo 10 do Decreto nº 83.936, de 06/09/1979.

5.5. O resultado dos pedidos de isenção será divulgado oficialmente até dois dias úteis após o término do período previsto para o pedido de isenção, por e-mail dirigido ao candidato interessado.

5.6. O candidato que tiver o seu pedido de isenção indeferido deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição conforme o disposto no item 4 deste Edital.

5.7. De acordo com o art. 1º, inciso II, da Lei nº 13.656, de 30/04/2018, o candidato poderá solicitar isenção da taxa de inscrição, declarando que é doador de medula óssea em entidades reconhecidas pelo Ministério da Saúde.

5.8. O cumprimento dos requisitos para a concessão da isenção mencionada no item 5.7 deverá ser comprovado pelo candidato no momento da inscrição.

5.9. O candidato que prestar informação falsa com o intuito de usufruir da isenção de que trata o item 5.7 estará sujeito às seguintes sanções, sem prejuízo de outras previstas nas demais legislações aplicáveis:

5.9.1. ao cancelamento da inscrição e exclusão do concurso, se a falsidade for constatada antes da homologação de seu resultado;

5.9.2. a exclusão da lista de aprovados, se a falsidade for constatada após a homologação do resultado e antes da nomeação para o cargo;

5.9.3. a declaração de nulidade do ato de nomeação, se a falsidade for constatada após a sua publicação.

6. DO INÍCIO DO CONCURSO

6.1. O início do Concurso está indicado no Quadro 1 deste Edital.

6.2. Os candidatos serão convocados para a realização das provas, pessoalmente e por Edital, a ser fixado em quadro de avisos da Unidade, com antecedência mínima de quinze dias.

6.3. Será encaminhada a cada um dos candidatos inscritos, juntamente com a convocação pessoal, cópia da Portaria do Diretor da Unidade, designando os membros da Comissão Examinadora, cujos nomes serão previamente divulgados, como determinado no parágrafo único do artigo 12 da Resolução Complementar nº 02/2013, bem como cópia de eventual Portaria em que se especificarem alterações na composição da referida Comissão.

6.4. De acordo com a Ação Civil Pública nº 69678-37.2010.4.01.3800 estão impedidos de participar da Comissão Examinadora integrantes que mantenham ou tenham mantido, no interregno de 05 (cinco) anos anteriores à publicação deste Edital, vínculo de natureza acadêmica, em nível de pós-graduação, com os candidatos inscritos.

6.5. O membro da Comissão Examinadora que se enquadre no disposto no item anterior deverá declarar-se impedido devendo a substituição ser determinada pelo Diretor da Unidade.

6.6. A não observância do disposto nos itens 6.4 e 6.5 implicará a nulidade do presente concurso, em qualquer fase que este se encontre.

6.7. Considera-se convocação pessoal a que for encaminhada, com comprovante de postagem, para o endereço fornecido pelo candidato, no ato da inscrição.

6.8. O Concurso será iniciado mediante sessão pública de instalação da Comissão Examinadora, presidida pelo Chefe do Departamento ou autoridade pertinente.

6.9. Na sessão de instalação, a Comissão Examinadora:  
I- escolherá seu Presidente, o qual escolherá o seu secretário, dentre os membros que a compõem;

II- apurará a presença dos candidatos em lista própria, mediante coleta de assinaturas;

III- sorteará a ordem de participação dos candidatos nas provas, cuja realização não seja simultânea, ressalvado o disposto no artigo 34 da Resolução Complementar nº 02/2013.

6.10. É de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de prova e o comparecimento no horário determinado.

6.11. O não comparecimento do candidato na sessão de abertura determinará sua eliminação do Concurso.

6.12. Após instalada, a Comissão Examinadora estabelecerá o cronograma, o tempo destinado a cada prova, a ordem das provas, fixando o dia, a hora e o local de sua realização, e divulgará tais informações na entrada do local da instalação, disponível ao conhecimento do público.

6.13. Será automaticamente eliminado do Concurso o candidato que durante a realização das provas for flagrado em tentativa de fraude, desrespeito aos membros da Comissão Examinadora, bem como à Comunidade Universitária.

7. DAS PROVAS

7.1. O Concurso compreenderá a realização de Provas e o Julgamento de Títulos, conforme especificado no Quadro 1 deste Edital.

7.2. O candidato que não comparecer a qualquer uma das provas ou sessões para as quais for convocado, nos dias, horários e locais estabelecidos pela Comissão Examinadora, será automaticamente eliminado do Concurso.

7.3. A Comissão Examinadora apurará a presença dos candidatos em lista própria, mediante coleta de assinaturas, em cada etapa ou prova.

7.3.1 Quando da realização da primeira prova do concurso, o candidato deverá, obrigatoriamente, apresentar documento oficial e original de identidade com fotografia e assinatura.

7.4. Serão públicas as sessões de realização de Prova Didática, de Arguição de Memorial de Arguição Oral, de Apresentação de Seminário, conforme o caso, e de apuração final do resultado do Concurso.

7.4.1. As sessões públicas de realização de Prova Didática, de Arguição de Memorial, de Arguição Oral, de Apresentação de Seminário, conforme o caso, serão gravadas.

7.4.1.1. O candidato deverá assinar termo de consentimento para gravação das provas orais previstas no certame.

7.4.2. É vedado ao candidato assistir à realização das provas dos demais candidatos.

7.5. DA Prova de Títulos

7.5.1. A Prova de Títulos será avaliada segundo os critérios de análise dos quesitos apresentados na tabela, constante da Resolução Complementar nº 02/2013, única para a UFMG, independentemente da área de conhecimento da vaga submetida a Concurso Público.

Tabela dos valores, superior e inferior, da pontuação-máxima atribuível na avaliação de cada um dos quesitos da Prova de Títulos

Quesito	Faixa de pontuação-limite
Títulos acadêmicos	De 10 a 40
Experiência docente	De 15 a 40
Produção científica, técnica, artística e cultural na área	De 20 a 40
Administração acadêmica / experiência profissional não docente	De 10 a 40
Distinções	De 00 a 10

7.5.2. A Tabela de Pontuação da Prova de Títulos, estabelecida para este Concurso pela Câmara Departamental ou estrutura equivalente, contendo tanto a Pontuação Limite para cada um dos quesitos, respeitando a respectiva faixa de Pontuação-Limite e o total de cem pontos, quanto os critérios de análise de cada quesito e sua respectiva pontuação, está apresentada abaixo.



Tabela de Pontuação da Prova de Títulos

Questos / Critérios de análise	Pontuação (unidade)	Pontuação (máxima)
<b>Questos: TÍTULOS ACADÊMICOS</b>		
Pós-Doutorado em Educação, Ciências Sociais ou em Ciências Humanas (por título)	2	2
Doutorado em Educação (por título)	10	10
Doutorado em Ciências Sociais ou em Ciências Humanas (por título)	8	8
Mestrado em Educação acadêmico ou profissional (por título)	5	5
Mestrado em Ciências Sociais ou em Ciências Humanas (por título)	3	3
Graduação em Pedagogia, Ciências Sociais ou em Ciências Humanas (por título)	3	3
<b>Pontuação limite do quesito</b>		
<b>20</b>		
<b>Questos: EXPERIÊNCIA DOCENTE</b>		
Magistério no Ensino Superior: Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> na área do concurso (por disciplina)	3	15
Magistério no Ensino Superior: Pós-Graduação <i>lato sensu</i> na área do concurso (por disciplina)	2	10
Magistério no Ensino Superior: Graduação na área do concurso (por semestre)	2	10
Magistério no Ensino Superior: Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> em outra área de conhecimento (por disciplina)	2	10
Magistério no Ensino Superior: Pós-Graduação <i>lato sensu</i> em outra área de conhecimento (por disciplina)	1	5
Magistério no Ensino Superior: Graduação em outra área de conhecimento (por semestre)	0,5	5
Magistério na Educação Básica (por ano)	1	5
Orientação de Tese de Doutorado concluída (por tese)	2	10
Orientação de Dissertação de Mestrado concluída (por dissertação)	1	5
Orientação de Monografia ou TCC de Especialização concluída (por trabalho)	0,5	2
Tutoria ou Monitoria na Graduação, Aperfeiçoamento ou Pós-Graduação Presencial ou a Distância concluída (Se o candidato exerceu monitoria em uma dessas modalidades e que já foi concluída)	0,2	2
Orientação de Pós-graduando em Estágio de Docência concluída (por orientando)	0,5	2
Orientação de Graduando em Projeto de Ensino (por graduando)	0,2	2
Orientação de Graduando em Projeto de Extensão (por graduando)	0,2	2
Participação em Banca de Defesa na Pós-Graduação <i>stricto</i> e <i>lato sensu</i> (por banca)	1	5
<b>Pontuação limite do quesito</b>		
<b>30</b>		
<b>Questos: PRODUÇÃO CIENTÍFICA, TÉCNICA, ARTÍSTICA E CULTURAL NA ÁREA</b>		
Publicação de livro autoral, com ISBN, editora com conselho científico, na área do concurso	5	10
Organização de livro, com ISBN, editora com conselho científico, na área do concurso	4	8
Publicação de capítulo de livro com ISBN, editora com conselho científico, na área do concurso	3	12
Publicação de artigo em periódico com Qualis/CAPES/Educação A1 ou A2 na área do concurso	5	20
Publicação de artigo em periódico com Qualis/CAPES/Educação B1 ou B2 na área do concurso	4	12
Publicação de artigo em periódico com Qualis/CAPES/Educação B3 ou B4 na área do concurso	3	9
Publicação de artigo em periódico com Qualis/CAPES/Educação B5 ou C na área do concurso	2	6
Publicação de artigos em Anais de evento internacional na área do concurso	3	6
Publicação de artigos em Anais de evento nacional na área do concurso	2	4
Publicação de material didático com ISBN, editora com conselho científico na área do concurso	3	6
Coordenação de projeto de pesquisa ou extensão concluído, financiado por agência de fomento, na área do concurso	4	12
Participação em projeto de pesquisa ou extensão concluído, financiado por agência de fomento na área do concurso	2,5	5
Coordenação de projeto de pesquisa ou extensão concluído, com apoio institucional na área do concurso	2	8
Participação em projeto de pesquisa ou extensão concluído, com apoio institucional na área do concurso	1	4
Organização de evento acadêmico, cultural ou artístico na área do concurso (por evento)	1	3
Editor de periódico acadêmico na área do concurso (por ano)	3	12
Membro de conselho editorial de periódico na área do concurso (por ano)	1,5	6
<b>Pontuação limite do quesito</b>		
<b>25</b>		
<b>Questos: ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA / EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NÃO DOCENTE</b>		
Reitor ou pró-reitor de instituição de ensino superior (por ano)	3	12
Diretoria, chefia ou coordenação em instituição de ensino superior (por ano)	2	8
Líder de grupo de pesquisa cadastrado no CNPq (por grupo)	2	6
Coordenador de grupo de trabalho de associação científica na área do concurso (por ano)	2	6
Dirigente de órgão do sistema de ensino Federal, Estadual ou Municipal (por ano)	3	12
Dirigente escolar em unidade de Educação Básica (por ano)	2	8
Dirigente de conselhos de políticas públicas (por ano)	1,5	6
Integrante de conselho de políticas públicas (por ano)	1	3
Coordenação pedagógica em unidade de educação básica (por ano)	2	6
Coordenação, chefia, diretoria em órgão de sistema de ensino (por ano)	2	6
Dirigente em instituições de movimentos sociais e ONGs (por ano)	2	8
Coordenação pedagógica de projetos educacionais em instituições não escolares (por ano)	1,5	6
Formador em projetos educativos em instituições não escolares (por ano)	1	5

Questos / Critérios de análise	Pontuação (unidade)	Pontuação (máxima)
<b>Questos: TÍTULOS ACADÊMICOS</b>		
Bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq (por ano)	3	5
Bolsa de produtividade em pesquisa ou extensão de agência de fomento (por ano)	2	5
Título honorífico concedido por instituição acadêmica, por órgão público ou instituição da sociedade civil	2	5
Prêmio por projeto educativo desenvolvido	1,5	5
Homenagem acadêmica concedida por estudantes	1	5
<b>Pontuação limite do quesito</b>		
<b>5</b>		
<b>TOTAL</b>		
<b>100</b>		

7.5.3. A Comissão Examinadora atribuirá a nota final obtida na Prova de Títulos a cada candidato, numa escala de zero a cem pontos, detalhando a pontuação atribuída a cada quesito, respeitada a pontuação-limite de cada um, observado o disposto no artigo 41 da Resolução Complementar nº 02/2013.

7.6. Da Prova Escrita  
7.6.1. A Prova Escrita, que precederá as demais, constará de questão(ões) proposta(s) pela Comissão Examinadora, com base no programa do Concurso, e será realizada simultaneamente por todos os candidatos.

7.6.2. A Prova Escrita terá duração máxima de cinco horas, sendo a primeira hora destinada à consulta bibliográfica.

7.6.3. Será facultada a utilização pelos candidatos das próprias anotações, feitas durante o período de consulta e rubricadas pelo Presidente da Comissão Examinadora, as quais serão necessariamente anexadas à Prova, como condição para que não seja anulada.

7.6.4. A critério da Comissão Examinadora poderá ser realizada uma sessão pública de leitura da Prova Escrita.

7.6.5. Na Prova Escrita, com caráter eliminatório, que precederá as demais:  
I) será eliminado o candidato que não obtiver o aproveitamento mínimo de 70% (setenta por cento);

II) serão reprovados automaticamente os candidatos não classificados no quantitativo máximo de aprovados de que trata o Anexo II do Decreto 9.739/2019, ainda que tenham atingido a nota máxima.

7.6.6. A lista nominal dos aprovados na Prova Escrita e classificados para as etapas seguintes será afixada no local de inscrição e divulgada na página eletrônica da Unidade/Departamento.

7.6.7. Em caso de empate na última classificação, serão considerados convocados todos os candidatos nessa situação.

7.6.8. O aproveitamento mínimo a que se refere o item 7.6.5.I deste Edital deve ser apurado pela média das notas atribuídas pelos membros da Comissão Examinadora.

7.7. Da Prova Didática

7.7.1. A Prova Didática consistirá em aula sobre ponto contido em lista organizada pela Comissão Examinadora, com base no programa do Concurso, a ser sorteado pelo menos vinte e quatro horas antes do início da prova, à qual se seguirá uma arguição oral pela referida Comissão.

7.7.1.1. A Comissão Examinadora poderá agrupar os candidatos, a seu critério, para fins de sorteio de ponto e de realização da Prova Didática.

7.7.1.2. O agrupamento previsto no parágrafo 1º do artigo 34 da Resolução Complementar nº 02/2013 deverá garantir a todos os candidatos, pelo menos, o tempo previsto no caput deste artigo, para preparo da Prova Didática.

7.7.1.3. O agrupamento previsto no parágrafo 2º do artigo 34 da Resolução Complementar nº 02/2013 deverá garantir que todos os candidatos estejam no local das provas no horário indicado da primeira aula.

7.7.1.4. A ordem de apresentação será feita mediante sorteio na presença de todos os candidatos, comprovado por assinatura em lista de presença, no horário indicado para o início da primeira aula.

7.7.2. Na Prova Didática serão garantidos ao candidato cinquenta minutos para a exposição do tema.

7.7.2.1. Após a exposição oral do tema, a Comissão Examinadora arguirá o candidato pelo tempo estabelecido no cronograma.

7.7.2.2. O descumprimento dos prazos previstos no caput e no parágrafo 1º do artigo 35 da Resolução Complementar nº 02/2013 não acarretará, por si só, a anulação da Prova nem a desclassificação do candidato.

7.7.2.3. A Comissão Examinadora avaliará na Prova Didática, tanto o domínio pelo candidato do tema sorteado quanto sua capacidade de organização e exposição de ideias, no espaço de tempo garantido.

7.7.2.4. A Prova Didática será avaliada de acordo com os critérios definidos pela Comissão Examinadora.

8. DA ATRIBUIÇÃO DAS NOTAS

8.1. Cada Examinador, individualmente, atribuirá a cada um dos candidatos, em cada prova do Concurso, uma nota em número inteiro, numa escala de zero a cem pontos.

8.2. Sempre que julgar necessário, a Comissão Examinadora poderá reunir-se, para estabelecer critérios de uniformização do julgamento e de atribuição de notas.

8.3. Após a atribuição de notas aos candidatos, em todas as provas previstas para o Concurso, cada um dos Examinadores deverá:

I- dar peso um às notas de todas as provas realizadas;

II- calcular a nota final de cada um dos candidatos, mediante a extração das médias das notas atribuídas a cada um deles;

III- classificar os candidatos pela sequência decrescente das médias apuradas;

IV- colocar em envelopes individuais, que deverão ser lacrados e rubricados, as tabelas que contenham as notas, as médias e lista contendo a classificação de cada um dos candidatos, como previsto nos incisos anteriores.

8.4. As médias serão calculadas até a casa dos centésimos, desprezando-se o algarismo de ordem centesimal, caso ele seja inferior a cinco, e aumentando-o para o número subsequente, se for igual ou superior a cinco.

8.5. Ocorrendo empate, o desempate se dará, sucessivamente, pela nota atribuída pelos Examinadores, em cada prova, conforme o caso, nesta ordem:  
a) Prova Didática ou Apresentação de Seminário ou Prova Prática ou Arguição de Memorial;

b) Prova de Títulos;

c) Prova Escrita.

9. DA APURAÇÃO DO RESULTADO

9.1. A apuração do resultado do Concurso será realizada em sessão pública.

9.2. Os envelopes lacrados, contendo as notas de cada um dos Examinadores, serão abertos, um a um, pelo Presidente da Comissão Examinadora, que lerá, em voz alta, o nome do Examinador, o nome do candidato, a identificação da prova, a nota atribuída, e a classificação obtida pelo candidato.

9.3. O Secretário da Comissão Examinadora anotar, em local visível a todos os presentes, as notas lidas pelo Presidente.

9.4. Concluída a leitura das notas, o Presidente da Comissão Examinadora verificará quais candidatos obtiveram, de três ou mais Examinadores, a média igual ou superior a setenta pontos, que serão considerados aprovados, enquanto os demais serão considerados reprovados.

9.5. Os candidatos aprovados serão classificados da seguinte forma:

I- cada Examinador fará uma lista dos candidatos aprovados, em ordem decrescente de suas respectivas médias, considerados os critérios de desempate de acordo com o parágrafo 2º do artigo 42 da Resolução Complementar nº 02/2013, quando for o caso;

II- para cada Examinador, será considerado indicado aquele candidato que constar do topo de sua lista;

III- ficará classificado em primeiro lugar o candidato indicado pelo maior número de Examinadores;

IV- retirado das listas o candidato classificado em primeiro lugar, será classificado em segundo lugar o candidato que alcançar o maior número de posições no topo das listas dos Examinadores, dentre os candidatos remanescentes;



V- o mesmo procedimento acima será usado sucessivamente para todas as classificações, até o último candidato aprovado.

9.6. Na hipótese de ocorrer empate de notas, com critérios de desempate, terá preferência, sucessivamente, o candidato que:

9.6.1. tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, conforme estabelece a Lei nº 10.741/2003 (Lei do Idoso), sendo considerado para esse fim, a data de realização das provas;

9.6.2. tiver a maior média aritmética simples das notas finais atribuídas pelos Examinadores;

9.6.3. tiver a maior média aritmética das notas atribuídas pelos Examinadores em cada prova, observado o disposto no artigo 42 da Resolução Complementar nº 02/2013;

9.6.4. tiver maior idade;

9.6.5. permanecendo ainda o empate, o desempate ocorrerá por sorteio a ser realizado publicamente, durante a sessão de apuração final do resultado do Concurso.

9.7. Após a promulgação do resultado, será elaborado o Parecer Final da Comissão Examinadora, que conterá, obrigatoriamente:

I - os quadros de notas e médias atribuídas pelos Examinadores, individualmente, a cada candidato, com a identificação nominal de todos os concorrentes e dos Examinadores;

II - a relação nominal dos candidatos aprovados;

III - o(s) nome(s) do(s) candidato(s) indicado(s) para assumir a(s) vaga(s) em Concurso.

9.8. O Parecer Final da Comissão Examinadora deverá registrar a justificativa de cada um de seus componentes, para as notas atribuídas aos candidatos, avaliados individualmente.

9.9. O Secretário da Comissão Examinadora lavrará ata de cada prova e sessão do Concurso, as quais serão assinadas por todos os membros da referida Comissão.

9.10. Concluídos os trabalhos e lavradas as atas, a Comissão Examinadora divulgará os resultados em sessão pública final, em horário e data que serão comunicados aos candidatos, durante a realização do Concurso.

**10. DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL**

10.1. O Parecer Final da Comissão Examinadora, com resultado final do Concurso, será submetido, findo o prazo de recurso, à consideração da Câmara Departamental.

10.2. Será publicado no Diário Oficial da União o Edital de resultado final do Concurso público, com a relação dos candidatos aprovados no certame, obedecendo aos limites estabelecidos no Anexo II do Decreto nº 9.739/2019, por ordem de classificação.

10.3. Os candidatos não classificados no número máximo de aprovados de que trata o Anexo II do Decreto nº 9.739/, de 21/08/2009, ainda que tenham atingido nota mínima, estarão automaticamente reprovados no Concurso público.

10.4. Nenhum dos candidatos empatados na última classificação de aprovados serão considerados reprovados nos termos do artigo 39 do Decreto nº 9.739/2009.

**11. DA INVESTIDURA NO CARGO**

11.1. A aprovação no Concurso não assegura ao candidato o direito de ingresso no quadro de servidores da UFGM, mas apenas expectativa de direito à investidura, ficando a concretização desse ato condicionada à observância das disposições legais pertinentes, da rigorosa ordem de classificação, do prazo de validade do Concurso e da apresentação da documentação exigida em lei.

11.2. A posse do candidato aprovado observará o limite de vagas estabelecidas no presente Edital, exceto se a ampliação desse limite for autorizada pelo órgão competente para tal fim.

11.3. Sem prejuízo da documentação apresentada por ocasião da inscrição, o candidato nomeado e convocado deverá apresentar os seguintes documentos no ato da posse: a) Formulário de Declaração de Bens e Rendas - DBR (anexo I) ou Formulário de Autorização de Acesso aos Dados de Bens e Rendas das Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física (anexo II), conforme dispõe a Instrução Normativa - TCU Nº 67, de 06/07/2011, publicada no DOU de 08/07/2011; b) Declaração quanto ao exercício, ou não, de outro cargo, emprego ou função públicos; c) Declaração de que não é beneficiário do Seguro Desemprego, de que trata a Lei nº 7.998/1990; d) Prévia inspeção médica oficial; e) Comprovação, quando for o caso, de obtenção da nacionalidade brasileira ou da autorização de residência comprovada por meio de certidão de registro ou documento equivalente; f) Comprovação de quitação com o Serviço Militar, quando for o caso, e com a Justiça Eleitoral, dispensável no caso de estrangeiro; g) Certificado de Igualdade de Doutora do Gozo de Direitos Políticos, emitido pelo Ministério da Justiça, se português equiparado; h) Carteira de Identidade; i) Carteira de Trabalho e Previdência Social; j) Certidão de Nascimento ou Casamento; k) CPF; l) PIS ou PASEP, se já cadastrado; m) Grupo Sanguíneo e Fator Rh; n) Plano de trabalho; o) Comprovação dos graus acadêmicos obtidos.

11.4. O candidato nomeado somente será empossado se for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo, por Médico Oficial da UFGM.

11.5. A admissão do candidato far-se-á no Regime de Trabalho especificado para a(s) vaga(s), e segundo o Regime Jurídico Único do Servidor Público Federal, Lei nº 8.112/1990, e o disposto na Lei nº 12.772/2012, alterada pela Lei nº 12.863/2013.

11.6. A efetivação no regime de Dedicção Exclusiva estará condicionada à apresentação de plano de trabalho individual, aprovado pela Câmara Departamental própria e submetido à Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD).

11.7. O candidato nomeado para o cargo de provimento efetivo fica sujeito, nos termos do artigo 41, "caput", da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998, a estágio probatório por período de 36 (trinta e seis) meses, durante o qual sua aptidão, capacidade e desempenho no cargo serão objetos de avaliação pela Congregação da Unidade, posteriormente homologada pelo dirigente máximo da instituição.

11.8. A posse do candidato aprovado deverá ocorrer no prazo máximo de trinta dias, contados da data da publicação do ato de provimento no Diário Oficial da União.

11.9. O candidato aprovado, depois de empossado em cargo público, deverá entrar em exercício no prazo máximo de quinze dias, contados da data da posse.

11.10. O prazo de validade do Concurso será de 1 (um) ano, contado a partir do dia subsequente à publicação do Edital de Homologação do resultado final, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do órgão interessado no certame, de acordo com o artigo 12 da Lei nº 8.112/1990.

11.11. Não será fornecido ao candidato qualquer documento comprobatório de classificação e/ou notas, valendo para tal fim a homologação do resultado final do Concurso publicado no Diário Oficial da União.

**12. DOS RECURSOS**

12.1. Caberá recurso à instância imediatamente superior contra qualquer ato praticado por autoridade ou Órgão competente, por estrita arguição de ilegalidade, com base na Resolução nº 13/2010, do Conselho Universitário, que cuida dos procedimentos a serem observados para interposição de recurso pelo candidato.

12.2. Os recursos serão apresentados à Congregação, em última instância, contra a homologação ou a anulação total ou parcial do Concurso, no prazo de dez dias, contados a partir de sua divulgação oficial por Edital afixado em local público e visível ou por publicação em órgão de comunicação, interno ou externo à Universidade.

12.2.1. O Diretor da Unidade deverá identificar os demais candidatos do respectivo concurso sobre a interposição de recurso, disponibilizar, para consulta, o inteiro teor da documentação apresentada pelo recorrente, e solicitar que, caso queiram, se manifestem no prazo de dez dias, apresentando suas alegações.

12.2.2. A decisão do órgão competente deverá ser precedida por exame e parecer de relator(es) indicado(s) pela autoridade ou órgão competente.

12.3. A autoridade que preside o Órgão a que for apresentado o pedido de reconsideração ou de interposição de recurso decidirá, em exame preliminar, sobre os requisitos de sua admissibilidade.

12.3.1. O pedido de reconsideração e a interposição de recurso somente serão recebidos:

- I - por escrito;
- II - dentro do prazo;
- III - pelo órgão competente;

IV - por quem seja legitimado;

V - pessoalmente, mediante protocolo.

12.3.2. O pedido deve ser protocolizado perante a autoridade ou órgão contra o qual se interpõe o recurso ou o pedido de reconsideração.

12.3.3. Na hipótese de sua admissibilidade, o pedido de reconsideração ou o recurso será julgado, observado o disposto no artigo 126 do Regimento Geral da UFGM.

**13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1. Os prazos expressos em dias, no presente Edital, serão contados de modo contínuo.

13.2. A contagem do prazo exclui o dia do começo e inclui o dia do vencimento.

13.3. Quando a data inicial ou final coincidir com dia em que não houver expediente na Secretaria do órgão pertinente ou em que o expediente for encerrado antes do horário normal, o prazo será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

13.4. O Concurso não será interrompido em caso de falha técnica na(s) página(s) eletrônica(s) citada(s) no presente Edital.

13.5. Os casos omissos serão resolvidos pela Reitora da Universidade Federal de Minas Gerais.

ALESSANDRO FERNANDES MOREIRA  
Em Exercício

**EDITAL Nº 484, DE 3 DE JULHO DE 2019  
CONCURSO PÚBLICO**

O Reitor em exercício da Universidade Federal de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, com base na Constituição da República Federativa do Brasil, na Lei 8.112/90 e suas alterações, na Lei 12.772/2012 e suas alterações, nos termos do Decreto 9.739/2019 e suas alterações, do Decreto 7.485/2011 e suas alterações, e na Resolução Complementar 02/2013 do Conselho Universitário, resolve tornar público que, consoante o prazo abaixo especificado, serão recebidas inscrições de candidatos ao Concurso Público de Provas e Títulos para provimento efetivo de vaga(s) da Carreira de Magistério Superior, na CLASSE A, com a denominação de PROFESSOR ASSISTENTE A, Nível 1, lotada(s) nesta Universidade e destinada(s) ao INSTITUTO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, de acordo com a seguinte discriminação:

**1. DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO**

Atividades pertinentes à pesquisa, ensino no nível superior e extensão que, indissociáveis, visem à aprendizagem, à produção do conhecimento, à ampliação e transmissão do saber e da cultura e atividades inerentes ao exercício de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência na própria instituição, além de outras previstas na legislação vigente.

Quadro 1 - Quadro de especificação da(s) vaga(s)

Número de vaga(s)	01 (uma)
Área de conhecimento	Administração Orçamentaria, Contabilidade Gerencial e de Custos
Regime de trabalho	40 (quarenta) horas semanais, em tempo integral, com dedicação exclusiva
Titulação	Mestrado em Ciências Contábeis ou Administração ou áreas afins
Perfil desejado do candidato	Graduação em Ciências Contábeis ou Administração
Inscrição	Período de inscrição: Até 90 (noventa) dias a partir da publicação do Edital.
Endereço	Secretaria Geral ICA/UFGM, Avenida Universitária, 1000 - Bairro Universitário - Montes Claros - MG CEP: 39.404-547
Horário	Das 08:00 às 11:00 e das 14:00 às 16:00, nos dias úteis.
Contato	Telefone(s): (38) 2101-7730 ou (38) 2101-7769 Correio eletrônico: <a href="mailto:seccgeral@ica.ufmg.br">seccgeral@ica.ufmg.br</a>
Endereço da página eletrônica para emissão de Guia de Recolhimento da União - GRU	<a href="https://sistemas.ufmg.br:443/sisarc/emissao/gru/gerir/remissao-gru.seam?codigo=92kS3GZkr">https://sistemas.ufmg.br:443/sisarc/emissao/gru/gerir/remissao-gru.seam?codigo=92kS3GZkr</a>
Endereço da página eletrônica onde consta o(s) programa(s), quando for o caso, e demais informações do Concurso	<a href="http://www.ica.ufmg.br">www.ica.ufmg.br</a>
Etapas e tipos de prova	Etapa 1: Prova Escrita com caráter eliminatório Etapa 2: Prova de Títulos e Prova Didática.
Período de realização do Concurso/Datas prováveis para realização das provas	De 30 (trinta) a 90 (noventa) dias, contados a partir da data de encerramento das inscrições, cumprindo a antecedência mínima de quatro meses da realização da primeira prova em relação à data de publicação deste edital.

**2. DA(S) VAGA(S)**

2.1. O Concurso visa ao provimento da(s) vaga(s) especificada(s) no Quadro 1 deste Edital.

2.2. O turno de trabalho diurno e/ou noturno do(s) candidato(s) nomeado(s) será definido pelo Departamento/Unidade. As atividades serão desenvolvidas no horário de acordo com a necessidade do Departamento/Unidade, sem direito de opção pelo candidato nomeado.

**3. DA DENOMINAÇÃO DO CARGO**

3.1. A nomeação do candidato se dará na Classe A, da Carreira de Magistério Superior com a denominação de acordo com a titulação do cargo, conforme estabelece o parágrafo 2º do artigo 1º da Lei nº 12.772/2012, alterada pela Lei nº 12.863/2013.

3.1.1. Se for portador do título de Mestre, a nomeação será na Classe A, com a denominação de Professor Assistente A, Nível 1.

3.1.2. Se for portador de título de Doutor, a nomeação será na Classe A, com a denominação de Professor Adjunto A, Nível 1.

**4. DA REMUNERAÇÃO**

A remuneração inicial será composta pelo Vencimento Básico e pela Retribuição por Titulação (RT), de acordo com a titulação do candidato aprovado, conforme apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 - Tabela referente à remuneração do Cargo

Classe/Denominação	Vencimento básico (R\$)	Titulação	Retribuição por Titulação (R\$)	Remuneração (R\$)
Classe A, com denominação de Professor Assistente A	4.463,93	Mestrado	2.204,27	6.668,20
Classe A, com denominação de Professor Adjunto A	4.463,93	Doutorado	5.136,99	9.600,92

